REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ENTRE A COVA E A DISTINÇÃO: MORTE ESCRAVIZADA, ADMINISTRAÇÃO E HIERARQUIAS SENHORIAIS EM VILA DO CUIABÁ (1789-1809)

ENTRE LA FOSA Y LA DISTINCIÓN: MUERTE ESCLAVIZADA, JERARQUÍAS SEÑORIALES Y CULTURA POLÍTICA EN VILA DO CUIABÁ (1789-1809)

BETWEEN THE GRAVE AND DISTINCTION: ENSLAVED DEATH, SEIGNIORIAL HIERARCHIES, AND POLITICAL CULTURE IN VILA DO CUIABÁ (1789-1809)

Prof. Dr. Bruno C. Bio Augusto de Pace
Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
bbioaugusto@icloud.com

RESUMO

Este artigo analisa os registros de óbito de pessoas escravizadas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, entre 1789 e 1809, como fonte para compreender práticas de sepultamento, hierarquias sociais e cultura política de distinção na América portuguesa. A série reúne 1.688 registros, dos quais 1.683 correspondem a indivíduos classificados na documentação como “escravos” ou “escravas”. O termo “escravizado” é utilizado aqui como categoria analítica contemporânea, enquanto “escravo”, “escrava” e expressões equivalentes são tratadas como vocabulário histórico da fonte. Assim, a documentação paroquial é interpretada como escrita de ordenamento social que classifica os mortos por condição, sexo, idade, cor, origem, família, senhorio e lugar de sepultura. Entre os registros com lugar conhecido, a Matriz concentrou 975 ocorrências, sobretudo em seu cemitério e em seu adro. Ao mesmo tempo, títulos, patentes e tratamentos associados aos senhores permitem deslocar a análise da morte de escravizados para a sociedade dos vivos. Sustenta-se, portanto, que os óbitos revelam uma economia moral da distinção, na qual posse cativa, rito católico, geografia mortuária e aparência pública do senhorio se articulavam em uma sociedade de Antigo Regime e em região de fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão; morte; sepultamento; distinção social; Vila do Cuiabá.

RESUMEN

Este artículo analiza los registros de defunción de personas esclavizadas de la parroquia de Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, entre 1789 y 1809, como fuente para comprender las prácticas de sepultura, las jerarquías sociales y la cultura política de la distinción en la América portuguesa. La serie reúne 1.688 registros, de los cuales 1.683 corresponden a personas

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

clasificadas en la documentación como esclavos o esclavas. El término “esclavizado” se utiliza aquí como categoría analítica contemporánea, mientras que “esclavo”, “esclava” y expresiones equivalentes son tratadas como vocabulario histórico de la fuente. La documentación parroquial se interpreta como una escritura de ordenamiento social, pues clasifica a los muertos por condición jurídica, sexo, edad, color, origen, familia, señorío y lugar de sepultura. Entre los registros con lugar conocido, la Iglesia Matriz concentró 975 ocurrencias, especialmente en su cementerio y en su atrio. Al mismo tiempo, los títulos, las patentes y los tratamientos asociados a los señores permiten desplazar el análisis de la muerte esclavizada hacia la sociedad de los vivos. Se sostiene que los registros de defunción revelan una economía moral de la distinción, en la cual la posesión de cautivos, el rito católico, la geografía mortuoria y la apariencia pública del señorío se articulaban en una sociedad de Antiguo Régimen situada en una región de frontera.

PALABRAS CLAVE: esclavitud; muerte; sepultura; distinción social; Vila do Cuiabá.

ABSTRACT

This article analyzes the death records of enslaved people from the parish of Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá between 1789 and 1809 as a source for understanding burial practices, social hierarchies, and the political culture of distinction in Portuguese America. The series contains 1,688 records, of which 1,683 refer to individuals classified in the documentation as slaves. The term “enslaved” is used here as a contemporary analytical category, whereas “slave” and equivalent expressions are treated as the historical vocabulary of the source. Parish documentation is interpreted as a form of social ordering, since the dead were classified by legal condition, sex, age, color, origin, family status, ownership, and burial place. Among the entries with identified burial place, the Mother Church concentrated 975 cases, mainly in its cemetery and churchyard. The article argues that enslaved death in Vila do Cuiabá reveals a moral economy of distinction in which slaveholding, Catholic rites, mortuary geography, and public appearances of lordship were articulated within an Ancien Régime frontier society.

KEYWORDS: slavery; death; burial; social distinction; Vila do Cuiabá.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

A morte dos escravizados em Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, também referida como Vila do Cuiabá, pode ser lida para a compreensão da sociedade colonial que os possuía, nomeava, catequizava, explorava e enterrava. Os registros de óbitos dessa freguesia, produzidos entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do XIX, não documentam somente o encerramento de trajetórias individuais. Eles registram formas de pertencimento, dependência, classificação e desigualdade, e em cada assento, quando a pena eclesiástica anotava o nome do falecido, sua condição, sua cor ou origem, sua idade aproximada, sua família possível, o senhor a quem pertencia e o lugar de sepultura, produzia-se uma miniatura documental da ordem social.

O objetivo deste artigo é analisar os óbitos de pessoas escravizadas em Vila do Cuiabá como fonte para discutir a articulação entre práticas funerárias, hierarquia social e cultura política de distinção na América portuguesa. A hipótese central sustenta que os registros de morte não apenas expressavam uma geografia religiosa dos sepultamentos, mas também revelavam uma sociedade senhorial organizada por sinais públicos de autoridade. A morte dos escravizados, portanto, permite observar a vida social dos senhores, e por meio dos lugares de inumação, dos títulos associados aos proprietários, das designações de cor e origem e das qualificações familiares dos mortos, torna-se possível perceber uma sociedade em que o corpo escravizado continuava submetido, mesmo depois de falecido, às linguagens do mando, da posse e da distinção.

O recorte cronológico adotado, entre 1789 e 1809, corresponde ao período mais consistente da série documental disponível. O banco de dados utilizado foi construído a partir de registros paroquiais de óbitos da freguesia de Vila do Cuiabá, com 1.688 ocorrências transcritas e organizadas em campos analíticos. A base contém informações sobre página, dia, mês, ano, nome do falecido, local, sexo, idade, qualificação familiar, pai, mãe e cônjuge, causa da morte, lugar de sepultamento e observações. Entretanto, como em muitas fontes paroquiais seriadas, os vazios, as irregularidades, as grafias variantes e as lacunas apareceram. Diante desse fato, essas ausências não são analisadas apenas como defeitos da documentação, mas também como parte da própria historicidade da fonte, permitindo interpelar ainda mais o pretérito.

A série é desigual. Há registros sem ano, sem cor, sem filiação, sem idade, sem causa mortis ou sem lugar de sepultamento. Em vez de apagar tais omissões, optou-se por explicitá-las, porque a ausência de informação também é um dado e indica que a classificação documental obedecia a prioridades específicas. A condição escrava, por exemplo, aparece com regularidade quase absoluta, ao passo que a cor, origem, filiação e causa da morte são muito menos constantes. Essa diferença sugere que a fonte paroquial não estava igualmente interessada em todos os

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

atributos do morto, sendo, porém, imprescindível identificá-lo como pessoa submetida a um senhor e como corpo destinado a determinada forma de sepultura cristã.

Para atender a esse problema, o artigo foi reorganizado em seis eixos. O primeiro explicita a fonte, suas categorias de análise e o modo como foi constituído o banco de dados. O segundo contextualiza Vila do Cuiabá no quadro da mineração, do abastecimento, da fronteira e da formação de elites locais. O terceiro amplia o diálogo com a historiografia sobre morte, salvação, sepultamentos e ritos fúnebres. O quarto examina o perfil serial dos óbitos. O quinto discute a geografia dos sepultamentos e a distinção funerária. O sexto articula posse cativa, senhoria, mulheres proprietárias, categorias de cor e origem, família escrava e economia moral da distinção.

Fonte paroquial, categorias documentais e método de leitura

A fonte examinada contém 1.688 registros utilizáveis. Desses, 1.683 foram classificados como escravizados ou escravizadas, quatro como forros ou forras e um como caso de difícil classificação. A quase totalidade do corpus documental, portanto, pertence ao universo da escravidão, e essa concentração permite tratar a série como documentação específica da morte de pessoas submetidas ao cativeiro, ainda que a presença minoritária de pessoas forras indique uma fronteira social próxima entre cativeiro, liberdade e dependência.

A fonte foi recebida como arquivo digital, em CD, com informações provenientes da Cúria Metropolitana de Cuiabá, disponibilizado pelo Arquivo Público de Mato Grosso e por intermédio da professora Maria Celma Borges, titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esse dado precisa ser explicado porque a pesquisa trabalhou com uma base digital derivada de assentos eclesiásticos e não diretamente com o volume material em suporte manuscrito. Por essa razão, não se afirma, sem exame codicológico do livro original, que a paróquia tenha mantido necessariamente um livro separado por condição social. O que se sustenta, metodologicamente, é que o arquivo disponibilizado agrupou registros de óbitos referentes a escravos, escravas e poucos forros, permitindo a análise seriada da morte cativa em Vila do Cuiabá.

Essa ressalva é importante diante das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que disciplinavam os registros sacramentais, mas não determinavam a criação de livros separados segundo condição jurídica, a exemplo do Livro IV, Título XLIX, que determinava que em todas as igrejas paroquiais houvesse livro em que se assentassem os nomes dos defuntos, registrando os mortos sem a obrigatoriedade de separá-los por escravizados, livres ou libertos (Constituições Primeiras, 1719). A existência de assentos agrupados por condição, caso confirmado no volume original, indica uma forma local de organização documental e de hierarquização social, mas como a presente investigação se baseia no arquivo digital, a hipótese mais prudente é trabalhar com a série por meio de recorte documental de óbitos de pessoas escravizadas e, com isso, evitar transformar a organização da base em prova direta de uma separação paroquial original.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Outra questão metodológica diz respeito ao vocabulário. O termo “escravizado” é utilizado como categoria analítica contemporânea e não como transcrição literal recorrente da documentação. A fonte emprega, majoritariamente, “escravo”, “escrava”, “escravo de” e equivalentes, que são categorias próprias da ordem jurídica e social do período. A opção por “escravizado” procura enfatizar a condição histórica imposta e a violência da sujeição, mas sem apagar a terminologia do documento quando a análise se volta à forma documental, preservando-se as categorias históricas justamente para problematizar o modo como o registro produzia classificação e dependência.

A primeira exigência metodológica consistiu em normalizar categorias que aparecem de modo irregular. A qualificação etária, por exemplo, apresenta variações como “adulto”, “adulta”, “inocente”, “infante”, “menor” e “criança”. Os lugares de sepultamento oscilam entre “cemitério da matriz”, “adro da matriz”, “Matriz-Adro”, “Matriz-Dentro” e outras combinações. A normalização, nesse caso, não substitui a fonte original, mas permite agregá-la sem eliminar a complexidade da escrita.

As categorias de cor e origem exigem cautela ainda maior. No banco de dados, “preto” e “africano de nação especificada” foram mantidos como categorias distintas, pois aparecem especificados na documentação. Funcionando como uma classificação social ampla, “preto” ou “preta” frequentemente estavam associados à escravidão africana e aos afrodescendentes. Já as designações de nação como Mina, Benguela, Congo, Angola ou Nagô, remetem a procedências ou identidades atribuídas no interior do mundo atlântico e colonial. Do mesmo modo, “cabra” e “caburé” não devem ser fundidos em uma categoria única, pois pertenciam a vocabulários classificatórios diferentes e podiam carregar sentidos sociais específicos.

Explicado o procedimento de triagem, a leitura estatística foi feita sempre com universos variáveis. Quando se analisa o lugar de sepultamento, por exemplo, o total relevante não é o de 1.688 registros, mas o de 1.315 ocorrências com lugar conhecido. Quando se analisa cor ou origem, o dado mais expressivo talvez seja justamente a ausência de informação, que alcança 939 registros. Tal técnica evita percentuais enganosos e permite distinguir entre o mundo total da série e os subconjuntos efetivamente informados.

A segunda exigência metodológica é de ordem interpretativa. O registro paroquial não deve ser lido como realidade social. Ele é uma mediação. A Igreja registrava, mas não documentava tudo, e o pároco nomeava segundo suas convenções, sendo que o escrivão paroquial classificava por meio de vocabulários disponíveis em seu mundo, e por isso os registros de óbitos precisam ser lidos como documentos que produziam ordem, mesmo que fosse no papel. Ao nomear um morto como “escravo de”, a escrita fixava uma relação de dependência, e, ao registrar o lugar da sepultura, inscrevia o corpo em uma geografia moral. Ao mencionar o senhor como capitão, dona, mestre de campo, alferes ou tenente, reproduzia-se, no assento mortuário, os sinais públicos de hierarquia que estruturavam a vida dos vivos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A morte, nesse sentido, não suspende a ordem social, mas frequentemente a reafirma. O escravizado morto continuava sendo nomeado por sua condição, sua cor, sua filiação possível e seu senhor, e o vínculo de propriedade, que em termos jurídicos se encerrava com a morte do corpo, permanecia como forma de identificação documental. Uma permanência que revela, nos registros paroquiais, que a pessoa escravizada aparecia como indivíduo cristão a ser enterrado e também como dependente de uma casa, de um proprietário e de uma hierarquia.

Quadro 1. Categorias documentais e decisões de normalização

Dimensão	Categoria na fonte/base	Procedimento analítico adotado
Condição jurídica	Escravo, escrava, escravo de, forro, forra	Preservação do vocabulário histórico quando discutido; uso de "escravizado" como categoria analítica contemporânea.
Cor/classificação social	Preto, preta, pardo, parda, crioulo, crioula	Manutenção das categorias como classificações documentais, sem reduzi-las a descrições fenotípicas estáveis.
Origem/nação	Mina, Benguela, Congo, Angola, Nagô e outras designações	Separação entre "preto" e "africano de nação especificada", pois aparecem distintamente na documentação.
Categorias mestiças	Cabra e caburé	Desmembramento das categorias, evitando agrupamento indevido.
Idade/condição espiritual	Adulto, adulta, inocente, infante, menor, criança	Agrupamento analítico entre adultos e crianças/inocentes, com observação sobre o sentido religioso de "inocente".
Sepultamento	Matriz, adro, cemitério, interior, capelas, lugares esmos	Normalização dos lugares sem apagar os nomes específicos registrados.

Fonte: elaboração a partir do banco de dados dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

Vila do Cuiabá, fronteira, mercado interno e sociedade escravista

Para compreender a série de óbitos, é necessário situar Vila do Cuiabá no conjunto mais amplo da capitania de Mato Grosso. Essa vila não pode ser tratada apenas a partir do cenário paroquial, sendo preciso situá-la em núcleo de articulação entre mineração, abastecimento, agricultura, criação de animais, circulação fluvial, defesa de fronteira e formação de elites locais. A ocupação portuguesa da região, desde as primeiras décadas do século XVIII, foi marcada pela

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

exploração aurífera, pela presença indígena, pela interiorização de rotas comerciais e por uma economia que dependia de mão de obra cativa em atividades diversas.

A interpretação clássica da colonização portuguesa, representada por Caio Prado Júnior e Fernando Novais, situou o Brasil colonial inserido em um sistema voltado à acumulação de capital metropolitana e ao mercado externo. Para essa leitura, o sentido fundamental da colonização estava na produção de gêneros exportáveis, na transferência de excedentes para a metrópole e na subordinação da vida econômica colonial às necessidades do capitalismo mercantil europeu (Prado Júnior, 2011; Novais, 1979). Nessa lógica de análise, a produção interna aparecia frequentemente como derivada, complementar ou pouco dinâmica, e o mercado interno teria importância reduzida diante da função exportadora da colônia.

Estudos posteriores passaram a demonstrar que a reprodução das atividades exportadoras dependia de circuitos internos de abastecimento, crédito, transporte, criação de animais, agricultura, serviços e comércio de escravizados. Autores como João Fragoso, Manolo Florentino, Maria de Fátima Gouvêa, Roberto Guedes e outros pesquisadores reavaliaram a importância dos mercados internos, das elites locais e das redes de poder na formação da sociedade colonial. O abastecimento, longe de ser setor secundário irrelevante, tornou-se mecanismo de enriquecimento, ascensão social e ingresso na vida política local (Fragoso; Florentino, 2001; Fragoso; Gouvêa, 2010; Fragoso; Guedes; Sampaio, 2014).

No caso de Mato Grosso, a distância do litoral, a necessidade de manter rotas de comunicação e a proximidade com domínios espanhóis fizeram com que o abastecimento interno assumisse papel estratégico, e Vila do Cuiabá e seus arredores não viviam apenas da mineração, mas também de roças, engenhos, criação de gado e suínos, transporte, comércio de alimentos e produção voltada às necessidades locais e regionais. É por isso que a morte de escravizados registrados na paróquia deve ser relacionada a uma sociedade em que os cativos atuavam em múltiplas frentes de trabalho, não apenas nas lavras.

Com pesquisas regionais, ainda que voltadas ao século XIX, o estudo de Luiz Rios Ricci Volpato é fundamental para compreender, no contexto colonial, a persistência de uma sociedade marcada pela escravidão, pela vida cotidiana de cativos e libertos e pela centralidade das relações de dependência. Suas análises sobre Cuiabá mostram que o sertão mato-grossense possuía dinâmica social própria, na qual a escravidão organizava o trabalho, os vínculos domésticos, as hierarquias e as estratégias de sobrevivência (Volpato, 1993).

Colaborando para pensar a política local da fronteira oeste na América portuguesa e as rivalidades entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, a leitura de Nauk Maria de Jesus possibilita observar a capitania como espaço de negociação entre poderes locais, câmaras, governadores e interesses regionais, evitando reduzir o interior mato-grossense à periferia passiva da administração metropolitana (Jesus, 2011). Essa perspectiva dialoga com a proposta deste presente artigo, pois os registros de óbitos são tratados como parte de uma ordem local que combinava Igreja, senhorio, administração, família e hierarquia.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Ao estudar engenhos, produção e abastecimento no termo de Vila do Cuiabá, entre 1751 e 1822, Vanda da Silva reforça a importância das atividades agrícolas e do mercado interno para a sustentação regional, e sua análise permite compreender que a economia cuiabana articulava mineração, agricultura e abastecimento, e que os engenhos, roças, currais e fazendas integravam a dinâmica social da capitania (Silva, 2015). Assim, a presença de escravizados nos óbitos não deve ser interpretada como vestígio isolado de uma população mineradora, mas como expressão de uma sociedade em que a mão de obra cativa era empregada em atividades diversificadas.

A documentação demográfica confirma essa centralidade da escravidão no cotidiano social e econômico da capitania. Segundo a Memória de Ricardo Franco de Almeida Serra, redigida em 31 de janeiro de 1800 e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Mato Grosso possuía cerca de 24.000 habitantes, distribuídos de modo desigual, com aproximadamente 18.000 em Vila do Cuiabá e seus arraiais adjacentes e 6.000 em Vila Bela. Desse total, 11.664 foram classificados como "escravos de ambos os sexos", isto é, 48,6% da população (Serra, 1916). Proporção que revela uma sociedade profundamente dependente do cativeiro.

Nesse contexto, os óbitos se tornam metodologicamente pertinentes para compreender a região. Contudo, a série de 1.688 registros, distribuída entre 1789 e 1809, o volume de mortes condiz com uma sociedade em que os cativos correspondiam a parcela expressiva da população e eram empregados em atividades econômicas essenciais, colocando os dados fúnebres não como marginais à história de Cuiabá, mas como via de entrada para compreender ordem social de região de fronteira.

Tabela 1. População da capitania de Mato Grosso segundo Ricardo Franco de Almeida Serra

Categoria	Quantidade	Percentual aproximado
População total da capitania	24.000	100%
Vila do Cuiabá e arraiais adjacentes	18.000	75,0% da capitania
Vila Bela	6.000	25,0% da capitania
Escravos de ambos os sexos	11.664	48,6% da capitania
Mulheres de todas as idades	6.088	25,4% da capitania
Velhos de cinquenta anos para cima	884	3,7% da capitania
Rapazes de um até quinze anos	2.616	10,9% da capitania
Homens de dezesseis até cinquenta anos	2.748	11,5% da capitania

Fonte: SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Memória, ou informação dada ao governo sobre a capitania de Mato Grosso, em 31 de janeiro de 1800. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo II, p. 19-50, 1916 [1840].

Morte, salvação e sepultamento na América portuguesa

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

O estudo histórico da morte exige considerar a longa duração das sensibilidades cristãs e as variações sociais que marcaram as sociedades coloniais. Durante largo período, o enterro junto às igrejas e dentro de suas circunvizinhanças foi compreendido como prática legítima e desejável, e a proximidade dos altares, dos santos, das missas e das orações dos vivos participava de uma economia espiritual, isto é, de um rito que articulava memória, purgatório, intercessão e salvação. Isso fazia com que o morto não desaparecesse do espaço social, pois, mesmo após a sua partida, a sua carne e seus ossos se tornavam materiais para rituais entre os vivos.

A bibliografia clássica sobre a história da morte mostrou que, no Ocidente cristão, a preocupação com a alma foi durante muito tempo mais importante do que a separação sanitária entre vivos e cadáveres, e as ideias modernas, que transformariam o cemitério em espaço separado, insalubre, murado e administrado por critérios de higiene e urbanidade, consolidaram-se mais tardiamente (Ariès, 2012). Antes disso, o entorno da igreja era simultaneamente espaço de culto, circulação, memória e inumação, permitindo que a sociedade cristã convivesse com seus mortos de forma próxima, ainda que essa proximidade fosse hierarquizada, como se demonstrará ao longo deste estudo.

No Brasil, João José Reis mostrou que a morte oitocentista podia ser compreendida mais como experiência social, religiosa e política, e menos como um fim biológico, não se reduzindo ao desaparecimento físico do indivíduo e se constituindo em uma existência social organizada, marcada por ritos, crenças, hierarquias e disputas. Ao estudar a Cemiterada de 1836, em Salvador, o autor demonstra que os costumes funerários expressavam uma concepção religiosa e comunitária da morte, na qual o lugar de sepultamento, a participação das irmandades, as cerimônias e a proximidade com os espaços sagrados eram elementos fundamentais para a salvação da alma e para a afirmação das posições sociais (Reis, 1991). Para o presente artigo, essa leitura é importante porque permite compreender que os funerais não eram apenas eventos privados, mas momentos de visibilidade pública nos quais se expressavam pertencimento, devoção, condição social e hierarquia.

Aprofundando a discussão sobre secularização da morte, transformações fúnebres e espaços de sepultamento no Rio de Janeiro, Claudia Rodrigues indicou que a passagem dos enterros em igrejas para cemitérios extramuros envolveu conflitos entre experiências religiosas, projetos sanitários, administração urbana e autoridade eclesiástica. Ser enterrado dentro da igreja, próximo aos altares, santos e missas, significava maior proximidade com o sagrado e maior prestígio. Já o adro, os cemitérios anexos e os espaços mais afastados indicavam posições inferiores dentro da mesma ordem católica. Assim, a morte não anulava as desigualdades existentes entre os vivos, projetando-as sobre a geografia do sagrado (Rodrigues, 1997; Rodrigues, 2018). Em diálogo com essa perspectiva, os óbitos de Vila do Cuiabá permitem observar momento anterior à consolidação dos cemitérios públicos separados, quando a Matriz, seu adro, seu cemitério e as capelas ainda compunham a geografia católica dos corpos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Ao estudar registros de óbitos e sepultamentos na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Adalgisa Arantes Campos mostrou que os lugares dos mortos no mundo barroco mineiro obedeciam a uma escatologia e a uma ordem social. O espaço da igreja, longe de ser homogêneo, era internamente hierarquizado em sua infraestrutura, e a proximidade dos altares e dos lugares de maior devoção podia indicar distinção, pertencimento e expectativa de salvação (Campos, 2004).

Também chamando atenção para a morte hierarquizada nos ambientes coloniais do Rio de Janeiro, Milra Nascimento Bravo indicou que os locais dos mortos reproduziam diferentes estatutos, cor, condição e riqueza, sendo que a distribuição dos corpos expressava diferenças de prestígio, condição jurídica, pertencimento religioso e capacidade material (Bravo, 2014). Ao tratar dos ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas, Júnia Ferreira Furtado demonstrou que a transitoriedade da vida e a eternidade da morte eram elaboradas por meio de testamentos, missas, mortalhas, irmandades e escolhas de sepultura, que transformavam a morte em práticas de distinção entre os vivos (Furtado, 2001).

No mundo luso-brasileiro, os sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam* reproduziam e adaptavam tradições que remontam ao cristianismo tardo-antigo europeu, com o culto dos mártires, que era quando a proximidade física entre os mortos comuns e os corpos santos passava a ser compreendida como forma de proteção, memória e intercessão espiritual. Na Europa medieval, essa prática se reorganizou em torno das igrejas paroquiais e seus interiores (Ariès, 2012). Encerrar-se, portanto, junto aos santos e nas proximidades do templo era prática carregada de sentido, fazendo com que a igreja, como espaço sagrado, funcionasse como lugar de passagem, proteção e distinção, e o seu interior, especialmente as áreas próximas aos altares, fosse objeto de desejo e prestígio. Já o adro e o cemitério, embora também integrados ao espaço eclesiástico, foram socialmente menos valorizados, e tais aspectos mostram que a distância em relação ao altar funcionava como métrica simbólica da posição social.

A morte, tanto na Europa quanto na América, possuía uma topografia moral, e o lugar do corpo indicava, em alguma medida, o lugar social do morto e de seus responsáveis. Pessoas de maior prestígio podiam dispor de ritos mais solenes, acompanhamento clerical mais visível, missas, mortalhas, irmandades, testamentos e sepulturas mais próximas dos espaços de honra. Na colônia, pobres, escravizados, indígenas, condenados e sujeitos socialmente marginalizados eram frequentemente destinados a lugares menos conceituados, embora ainda dentro de uma ritualística cristã que reconhecia o direito do fiel ao sepultamento em solo sagrado.

A América portuguesa acrescentou a essa geografia da morte europeia a complexidade da cor, da escravidão e das irmandades. Não bastava considerar riqueza ou pobreza, era relevante também a hierarquia que se fazia por meio da raça, estatuto jurídico, qualidade social e pertencimento corporativo. A condição de escravo, a identificação como preto, pardo, crioulo, cabra, caburé ou africano de determinada nação, a pertença ou não a irmandades e a relação com senhores de maior ou menos prestígio interferiam nas possibilidades rituais. A morte colonial, nesse contexto, era um momento de visibilidade social, e os funerais, procissões,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

missas e lugares de inumação dramatizavam diferenças que já operavam em vida (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; Campos, 2004; Bravo, 2014).

Perfil serial dos óbitos e pessoas escravizadas em Vila do Cuiabá

A série de óbitos permite traçar um perfil geral dos mortos registrados. Em 1.688 registros, 1.683 foram classificados como "escravos" ou "escravas", com predominância masculina. Sendo identificados 1.044 registros masculinos e 464 femininos, além de 179 sem informação de sexo e um caso ilegível ou irregular, essa diferença pode refletir a composição da população escravizada local, marcada pela demanda por trabalho masculino em atividades mineradoras, agrícolas, de transporte, defesa e serviços diversos, ou também pode resultar de formas documentais de registros e de lacunas na série. Exigindo cautela em suas análises, o dado, contudo, dialoga com o perfil de sociedades mineradoras e de fronteira, com a escravidão masculina frequentemente alcançando proporções elevadas.

Para Vila Rica, entre 1755 e 1815, por exemplo, identificou-se superioridade numérica de homens cativos ao longo de todo o período, especialmente entre os africanos cativos, com proporção que ultrapassava 80% de escravizados e escravizadas trazidos da África. Informação que revela a preferência de escravos homens, adquiridos pelo mercado externo, para a demanda produtiva das atividades mineradoras e complementares (Rangel, 2005).

Nos registros cuiabanos de óbito, a qualificação etária dos falecidos indica 880 adultos ou adultas e 528 inocentes, crianças, menores ou infantes. O número de crianças corresponde a pouco mais de 31% da série total, sugerindo que a mortalidade infantil escravizada era componente significativo da experiência social local. A categoria de "inocente", além de etária, tinha significado religioso e designava crianças pequenas associadas a uma condição espiritual católica.

É uma categoria que deve ser compreendida a partir da linguagem católica sobre a infância e a salvação. Nas prescrições eclesiásticas relativas à morte infantil, a criança, por não possuir capacidade moral para pecar por ato próprio, era frequentemente compreendida em uma condição espiritual particular, associada à pureza, à inocência e, quando batizada, à expectativa de salvação. Daí a recorrência, nos registros, da expressão "inocente" (Vailati, 2010; 2012). Além disso, a morte infantil, nesse contexto, permite pensar reprodução, família, batismo, vulnerabilidade, maternidade escravizada e administração paroquial da infância cativa.

Tabela 2. Perfil geral dos registros

Categoria analisada	Ocorrências	Percentual aproximado
Total de registros utilizáveis	1.688	100%
Escravos(as)/escravizados(as)	1.683	99,7%
Forros(as)	4	0,2%
Outros/ilegível	1	0,1%
Masculino	1.044	61,8%
Feminino	464	27,5%

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Categoria analisada	Ocorrências	Percentual aproximado
Sem informação de sexo	179	10,6%
Adultos(as)	880	52,1%
Inocentes/crianças	528	31,3%
Sem informação etária	271	16,1%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

O campo da cor ou origem apresenta alto índice de ausência de informação. Em 939 registros, não há indicação de cor ou procedência. Entre os casos informados, aparecem pretos ou pretas, crioulos ou crioulas, pardos ou pardas, africanos de nação especificada, cabras caburés e outros termos. A distribuição revela tanto a diversidade da população cativa quanto os limites da classificação documental.

Essa compreensão exige cautela. Como demonstrou Hebe Mattos, a cor e a condição social nos documentos oitocentistas, o que permite estender essa cautela aos registros setecentistas, apareciam ou desapareciam conforme as relações de liberdade, dependência, honra e reconhecimento social (Mattos, 2024). Dessa maneira, o silêncio documental também deve ser interpretado historicamente.

A ausência da cor em mais da metade da série impede afirmações rígidas sobre a composição cromática total dos mortos. Ainda assim, os registros informados mostram a presença de categorias estruturantes da sociedade escravista, sendo que “preto” e “preta” indicam uma classificação fortemente associada à escravidão, mas não devem ser confundidos com “africanos de nação especificada”. Já “crioulo” e “crioula” sugerem nascimento no espaço colonial, e “pardo” e “parda” apontam para uma categoria social móvel e dependente dos contextos para que se estabeleçam possíveis ligações com o cativeiro. Por sua vez, as designações de nação, como Mina, Benguela, Congo, Angola e Nagô, aproximam a série dos circuitos atlânticos e das rotas de escravização.

A qualificação familiar também apresenta dados importantes. Em 911 registros não há informação a respeito disso, mas entre os demais predominam solteiros, filhos naturais, filhos legítimos, casados e viúvos. A presença de 304 casos de filiação natural e 92 de filiação legítima mostra que a família escravizada aparece na documentação, embora de modo fragmentado. A diferença entre filho natural e filho legítimo é particularmente relevante, indicando que o registro paroquial aplicava aos escravizados categorias morais e jurídicas próprias da sociedade cristã.

A distinção entre legítimos e naturais deve ser compreendida como parte da linguagem religiosa e jurídica da sociedade escravista. Como demonstrou Sheila de Castro Faria, os registros paroquiais não apenas informavam vínculos de parentesco, mas também classificavam moralmente as formas de nascimento e pertencimento familiar. O filho legítimo era aquele nascido de união matrimonial reconhecida pela Igreja, ao passo que o filho natural indicava nascimento fora do matrimônio sacramentado. No caso da população escravizada, a formação

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

de famílias cativas era atravessada pela autoridade senhorial, instabilidade da posse, possibilidade de separação e dificuldades de acesso pleno ao casamento religioso (Faria, 1998). Assim, a predominância de filhos naturais não deve ser tomada como ausência de família, mas como efeito de uma sociedade em que a Igreja registrava os vínculos familiares segundo normas sacramentais que nem sempre correspondiam às experiências afetivas e parentais da população cativa.

Quadro 2. Cor, origem e classificação dos falecidos

Categoria	Ocorrências	Percentual sobre o total
Sem informação	939	55,6%
Preto(a)	331	19,6%
Crioulo(a)	205	12,1%
Pardo(a)	102	6,0%
Africano(a) de nação especificada	79	4,7%
Cabra	13	0,8%
Caburé	10	0,6%
Outros	9	0,5%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

Tabela 3. Qualificação familiar dos falecidos

Categoria	Ocorrências	Percentual sobre o total
Sem informação	911	54,0%
Solteiro(a)	312	18,5%
Filiação natural	304	18,0%
Filiação legítima	92	5,5%
Casado(a)	44	2,6%
Filiação sem qualificação	13	0,8%
Viúvo(a)	7	0,4%
Outros	5	0,3%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

A família escravizada aparece de forma desigual, e o grande número de registros sem informação não significa inexistência de laços familiares, mas limitação ou seletividade da escrita. Muitos escravizados tinham mães, pais, companheiros, filhos e redes de afeto, mas tais relações só eram anotadas quando o registro as considerava necessárias ou disponíveis. A categoria “filho natural” indica, de outro modo recorrente, crianças cuja filiação não estava enquadrada no matrimônio legítimo, como já analisado antes. A ilegitimidade, nesse caso, precisa ser lida dentro das condições do cativeiro, nas quais a formação de famílias era atravessada pela autoridade senhorial, instabilidade da posse, circulação geográfica forçada e restrições impostas à vida conjugal.

Quanto à cronologia, a distribuição anual da série é irregular. Dos 1.688 apontamentos, 1.200 possuem ano identificado, concentrando-se principalmente entre 1796 e 1809, com destaque para 1805, ano que reúne 182 ocorrências. Essa concentração pode resultar em maior

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

preservação do livro, intensificação dos registros, crises locais, surtos, conjunturas específicas ou maior consistência documental. Sem cruzamento com outras fontes, não convém transformar a variação anual em curva segura de mortalidade.

Para que ocorra uma curva segura de mortalidade, metodologicamente se exige uma série contínua, com registros completos, estabilidade do recorte espacial e possibilidade de cruzamento com outras fontes demográficas, como batismos, casamentos, listas nominativas ou recenseamentos. Um exemplo disso, e que os atuais dados nos impossibilitam realizar, foi o procedimento de Maria Luiza Marcílio em seu estudo sobre São Paulo entre 1750 e 1850. A autora articulou registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos e recenseamentos antigos para reconstruir o movimento populacional e avaliar tendências de crescimento, natalidade e mortalidade (Marcílio, 1973; 2004).

Matriz, adro, cemitério, capelas e distinção social

O lugar de sepultamento é o campo mais diretamente relacionado à distinção funerária. Entre os 1.688 registros, 1.315 possuem indicação de lugar. A Matriz aparece como eixo central da geografia mortuária, e, somados o cemitério da Matriz, o adro, o interior, o átrio e os casos sem especificação, são 975 ocorrências, que correspondem a aproximadamente 74,1% dos registros com lugar conhecido. Dado que confirma a centralidade da igreja paroquial como espaço de administração da morte escravizada.

O predomínio do cemitério da Matriz é decisivo. Com 672 ocorrências, concentra pouco mais da metade dos sepultamentos conhecidos, e seu adro reúne 259 registros, enquanto o interior da Matriz e o átrio elencam dados residuais. Essa distribuição é coerente com uma geografia hierárquica da morte, com o cemitério e o adro integrando o espaço sagrado, mas ocupando posição menos prestigiosa que o interior do templo e as proximidades dos altares. Para os escravizados, a inclusão em solo cristão coexistia, como se observa na fonte, mas com a distância simbólica em relação aos espaços mais valorizados.

O dado confirma um princípio fundamental da sociedade colonial: a universalidade católica do sepultamento não significava igualdade ritual. A Igreja podia reconhecer o direito do enterro cristão, mas a sociedade distribuía os lugares segundo hierarquias. A proximidade do altar era um privilégio, e o sepultamento no cemitério da Matriz, embora cristão, era modesto quando comparado às inumações internas, reiterando a estrutura social.

Como introduzido neste estudo, tanto no reino quanto na América portuguesa, o terreno da igreja organizava uma geografia sagrada da morte. O ponto de maior prestígio era a capela-mor, onde se localizava o altar principal, seguida pelos altares laterais, nave, átrio, adro e, por fim, o cemitério anexo ou em espaço exterior. Era na capela-mor que se localizavam o altar, retábulo, imagens centrais, sacrário e espaço reservado ao clero, o ponto, portanto, de maior densidade simbólica, pois ali se celebrava o sacrifício da missa e se concentravam os sinais da presença sagrada de Cristo. Os altares laterais, distribuídos ao longo do templo, eram associados

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

a devoções específicas, com santos protetores, irmandades, capelas de famílias, missas votivas e sufrágios pelos mortos, funcionando como espaço intermediário de devoção e distinção social. A nave, destinada à assembleia dos fiéis, abrigava a circulação dos vivos, os lugares de assistência aos ofícios, procissões internas e, em muitos casos, sepulturas de indivíduos e famílias com algum reconhecimento social, embora em posição menos prestigiosa que a capela-mor. O átrio, situado junto à entrada do templo, marcava a transição entre o exterior e o interior sagrado, funcionando como zona liminar de passagem, espera, reunião e acesso aos ritos. O adro, área externa consagrada em torno ou diante da igreja, articulava sociabilidade, procissões, circulação comunitária e enterramentos menos prestigiados, mas ainda integrados ao território cristão. Por fim, o cemitério anexo ou da matriz correspondia ao espaço funerário exterior, destinado com maior frequência aos pobres, escravizados, libertos e sujeitos de menor distinção (Ariès, 2012; Reis, 1991; Rodrigues, 1997; Araújo, 1997; Bravo, 2014).

A presença de capelas e cemitérios de povoações vizinhas revela que a geografia funerária de Vila do Cuiabá não se restringia ao centro paroquial, e São José dos Cocais, Santo Antônio, São Gonçalo, Nossa Senhora do Livramento, Arraial do Meio, Coxipó, Queimado e outros espaços indicam uma rede territorial de sepultamentos. Esses lugares remetem à ocupação populacional dispersa, com arraiais, capelas rurais e circulação de pessoas escravizadas em áreas de mineração, agricultura, criação, comércio e serviço doméstico.

A Matriz, por sua vez, deve ser interpretada como um espaço de dupla função: lugar de salvação e de hierarquia, pois o corpo escravizado sepultado no cemitério paroquial era incluído em uma espécie de inclusão subordinada, na qual não era abandonado completamente, mas também não era alçado aos lugares mais prestigiosos do templo. Essa tensão constitui o núcleo da distinção funerária colonial.

Tabela 4. Lugares de sepultamento agrupados

Lugar de sepultamento	Ocorrências	Percentual sobre lugares conhecidos
Matriz: cemitério	672	51,1%
Matriz: adro	259	19,7%
Matriz: sem especificação interna	31	2,4%
Matriz: dentro/interior	12	0,9%
Matriz: átrio	1	0,1%
São José dos Cocais/Livramento	84	6,4%
Santo Antônio	75	5,7%
São Gonçalo	52	4,0%
Rio, campo e outros espaços não eclesiais	40	3,0%
Outras capelas e cemitérios	16	1,2%
Nossa Senhora do Livramento	14	1,1%
Arraial do Meio	12	0,9%
Rosário/irmandade	11	0,8%
Cemitério do Médico ou particular	9	0,7%
Lugar comum, esmo ou deserto	6	0,5%

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Lugar de sepultamento	Ocorrências	Percentual sobre lugares conhecidos
Outros lugares	21	1,6%
Total com lugar conhecido	1.315	100%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

A comparação entre cor e lugar de sepultamento reforça esse argumento sobre as diferenças. Entre os pretos e pretas identificados, 146 foram sepultados no cemitério da Matriz. Entre os crioulos e crioulas, 154 aparecem nesse mesmo espaço. Entre os pardos e pardas, são 65. Os africanos de nação especificada tiveram 37 ocorrências no cemitério da Matriz e 20 no adro. São números analisados com atenção, pois há muitos registros sem a cor, mas, ainda assim, mostram que o cemitério paroquial era o principal destino dos escravizados classificados por cor e origem. Um espaço mortuário que não era neutro, com a escolha ou determinação do lugar de sepultura dependendo de normas religiosas, possibilidades materiais, vontade senhorial, inserção em irmandades, distância física, disponibilidade do templo e reconhecimento social. Para os escravizados, a agência sobre o próprio sepultamento era limitada, e em muitos casos o senhor, a família, a irmandade ou o pároco eram os mediadores do destino do corpo, em sua maioria lançados às covas mais simples. A morte desse grupo, portanto, pertencia à casa senhorial, à paróquia e à comunidade.

Senhorio, títulos, mulheres proprietárias e economia moral da distinção

No documento arquivístico, o campo "senhor do falecido" desloca a análise da morte escravizada para a sociedade dos vivos. Isso quer dizer que, em grande parte dos registros, o escravizado é identificado por sua relação com um proprietário. A fórmula "escravo de", ou sua equivalência documental, mostra que a identidade do morto, para a paróquia, era frequentemente mediada pelo senhorio, fazendo com que o nome do escravizado, muitas vezes, fosse reduzido a um prenome e completado pelo nome de quem o possuía, reinscrevendo a posse no documento sepulcral.

Dos 1.688 registros, 370 não possuem informação de senhor. Nos demais, aparecem nomes de homens e mulheres, alguns simples, outros acompanhados de títulos, cargos, patentes e tratamentos. Em cerca de 502 registros, foi possível identificar algum marcador explícito de distinção associado ao senhor ou à observação sobre ele: capitão, capitão-mor, dona, alferes, tenente, mestre de campo, coronel, padre, reverendo, vigário, doutor, licenciado, ajudante, cabo, furriel ou guarda. Isso corresponde a aproximadamente 29,7% de toda a série.

Tabela 5. Marcadores de distinção associados aos senhores

Categoria de título, patente ou tratamento	Ocorrências aproximadas
Capitão ou capitão-mor	194
Dona ou dom	137
Alferes	61
Tenente	33
Coronel ou mestre de campo	33

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Categoria de título, patente ou tratamento	Ocorrências aproximadas
Sargento ou sargento-mor	23
Clero ou letrados	13
Ajudante, cabo, furriel ou guarda	13
Registros com ao menos um marcador de distinção	502

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809). As categorias não são necessariamente excludentes.

Esses dados permitem formular uma questão central: por que a fonte conserva o título de senhor no registro de morte do escravizado? A resposta não deve ser reduzida ao hábito burocrático de menção a patentes e tratamentos como parte da linguagem social do período. No Antigo Regime, títulos, cargos e qualidades eram formas de identificação pública e informavam posição, reputação, serviço, precedência e inserção em redes de mando, e, ao aparecerem nos óbitos, tais marcas indicam que o documento paroquial também reproduzia a gramática da distinção.

Esse tipo de marcação social não é exclusivo da documentação cuiabana. Ao estudar os registros paroquiais de óbitos da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, no Rio de Janeiro, Milra Nascimento Bravo identificou assentos nos quais aparecem títulos, cargos e tratamentos associados aos mortos ou às suas famílias. Tais qualificações permitiam reconhecer, no próprio registro de morte, a posição social dos indivíduos e de suas redes familiares (Bravo, 2014).

A posse de escravizados era, em si, um sinal de cabedal, e, em uma sociedade escravista, possuir pessoas significava dispor de força de trabalho, renda potencial, prestígio doméstico e capacidade de participação econômica. Quando essa posse aparecia associada a patentes militares, cargos locais e tratamentos honoríficos, reforçava uma imagem pública de autoridade, com a morte do escravizado podendo registrar involuntariamente a posição social do senhor, e o seu corpo funcionando como índice documental da casa senhorial.

A presença de mulheres tituladas como “dona” precisa ser formulada com precisão. A posse feminina de cativos não constitui descoberta desta pesquisa. Fenômeno amplamente conhecido na historiografia da escravidão na América lusa, o que os registros cuiabanos permitem é confirmar documentalmente que sujeitos femininos também apareciam como proprietárias ou administradoras de mão de obra escravizada. Os assentos não revelam uma existência inédita de senhoras de escravizados em Mato Grosso, mas demonstram como essa presença era registrada na escrita paroquial da morte.

Essa constatação dialoga com estudos sobre propriedade, família e gestão econômica no mundo colonial, pois mulheres viúvas, herdeiras, casadas ou administradoras de casas podiam investir em mão de obra cativa e mobilizá-la em atividades produtivas. Em estudo sobre Mato Grosso setecentista, Augusto (2026) observou que senhoras proprietárias de terras e mulheres inseridas em circuitos patrimoniais utilizaram escravaria em diferentes atividades agrícolas, de abastecimento e de manutenção da casa. A presença de “donas” nos registros de óbito, portanto,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

deve ser lida como evidência da participação feminina na economia escravista local, sem transformá-la em excepcionalidade. Como em estudos sobre família, patrimônio e escravidão na América portuguesa, a posse de cativos fazia parte das estratégias de sobrevivência, enriquecimento e distinção social, sendo acionada tanto por grandes proprietários quanto por sujeitos de posses mais modestas.

A cultura política na América portuguesa era profundamente marcada pela linguagem do serviço, da honra, da mercê e da aparência, e o reconhecimento social não dependia apenas da riqueza material, mas da capacidade de converter serviços, cargos, devoção e lealdade em reputação pública. A sociedade de Mato Grosso, situada em região de fronteira, intensificava essa dinâmica. A distância da Corte, a precariedade institucional, a necessidade de defesa, a dependência das elites locais e a circulação de postos militares faziam dos títulos e patentes instrumentos decisivos de distinção.

Isso aproxima os óbitos da discussão sobre "economia moral da distinção", expressão que deriva de uma operação conceitual inspirada na noção de "economia moral", formulada por Thompson (1971). Ao estudar os motins de subsistência na Inglaterra setecentista, demonstrou que as ações populares não eram simples explosões irracionais diante da fome ou da carestia, mas práticas orientadas por expectativas compartilhadas de justiça, reciprocidade, preço justo e dever comunitário, designando um repertório normativo por meio do qual determinados grupos avaliavam a legitimidade das condutas econômicas e políticas.

Economia moral que aparecia, por exemplo, quando multidões de ingleses impediam a saída de grãos de determinada localidade, interceptavam carregamentos, pressionavam moleiros, atravessadores e comerciantes, ou obrigavam a venda do trigo e do pão por valores considerados justos pela comunidade. Tratava-se de conflitos que não eram apenas contra a fome, mas contra práticas compreendidas pela população como ilegítimas, mesmo quando juridicamente defendidas, e que reconhecia limites morais para o mercado, avaliando a conduta de autoridades e comerciantes a partir de costumes, obrigações compartilhadas de justiça (Thompson, 1971).

Neste trabalho, a expressão é deslocada para o universo da América portuguesa, onde a moralidade social não se organizava apenas em torno da subsistência, mas também da honra, do serviço, da posse, da visibilidade pública e da hierarquia. Assim, a economia moral da distinção deve ser entendida como adaptação analítica da proposta de Thompson para outro campo de problemas, mas mantendo a base social, ou seja, em sociedades de Antigo Regime, como a portuguesa e a colonial, a desigualdade era moralmente organizada, e cada pessoa ocupava um lugar em uma ordem de qualidades, deveres e dependências, com a honra sendo reconhecimento público.

A morte era uma cena dessa economia moral da distinção, pois o funeral de um senhor podia exibir sua grandeza por meio de missas, acompanhamento, mortalha, lugar de sepultura e presença de irmandades. No caso dos escravizados, essa distinção operava no lugar do corpo a ser enterrado, no cuidado com o ritual e na inscrição do senhor no registro ao projetar a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

reputação da família. Inumar cristãmente um cativo podia ser sinal de zelo, e enterrá-lo em espaço menos prestigiado, confirmava sua posição de subalterno, e negligenciar o rito poderia atingir a imagem moral do proprietário.

Por essa razão, a relação entre morte de escravizados e aparência senhorial deve ser problematizada. O cuidado funerário não anulava a violência do cativeiro. Pelo contrário, tornava-a compatível com a moral católica e com a ordem hierárquica. A sociedade colonial podia reconhecer a alma cristã do escravizado e, simultaneamente, manter seu corpo, seu trabalho e sua memória subordinados à posse senhorial, que é um dos fatores da escravidão no Antigo Regime católico, com o cativo sendo pessoa perante Deus e, em muitas circunstâncias, um bem patrimonial diante da ordem jurídica de propriedade.

Cor, origem, família, irmandades e negociação social da desigualdade

As categorias de cor e origem registradas nos óbitos aproximam a morte de um dos principais dispositivos de hierarquização colonial. A sociedade da América portuguesa ordenava pessoas por estatuto jurídico, qualidade, fama, ofício, nascimento, procedência e aparência, e a cor não era simples descrição fenotípica, mas uma linguagem social que articulava escravidão, liberdade, honra, miscigenação, mobilidade e suspeição.

Entre os informados, “pretos” e “pretas” foram o grupo mais numeroso, e “crioulos” e “crioulas” aparecem em seguida, com “pardos” e “pardas” também tendo presença expressiva. As nações africanas indicam vínculos com o tráfico atlântico e com a memória de procedências específicas. A presença de Mina, Benguela, Congo, Angola, Nagô e outras designações sugere que a população escravizada de Cuiabá estava conectada a circuitos amplos de deslocamento forçado. Mesmo em uma região interiorana, distante do litoral, a morte registrada na paróquia testemunha o alcance do comércio atlântico e das redes internas de redistribuição de cativos.

Como demonstrou Marley Silva, parte dos africanos desembarcados em Belém, especialmente no contexto da segunda metade do século XVIII, seguiu para o interior do Brasil, abastecendo regiões como Mato Grosso e Goiás (Silva, 2018). Um exemplo é o registro de João, adulto, escravo de Domingos Dias, qualificado em 10 de agosto de 1797 como de “nação Angola” e sepultado no cemitério da Matriz. O assento não permite reconstruir toda a sua trajetória individual, nem afirmar que tenha vindo diretamente de Angola para Vila do Cuiabá, mas preserva uma marca de classificação atlântica associada à África Centro-Ocidental.

A classificação como crioulo ou crioula aponta para outro aspecto. Parte significativa da população escravizada era nascida no espaço colonial, e isso remete à reprodução interna da escravidão, à formação de famílias cativas e à presença de crianças escravizadas. A morte de inocentes e a qualificação de filhos naturais ou legítimos devem ser lidas em conjunto com a presença de crioulos, e o cativeiro em Cuiabá era, nessa lógica, reprodução local de dependências.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A expressiva presença de inocentes e crianças nos registros exige atenção específica. Dos 1.688 assentos, 528 foram classificados como inocentes, infantes, crianças ou menores, e esse contingente revela a vulnerabilidade da infância escravizada, apontando para a reprodução social do cativeiro em Vila do Cuiabá. A morte infantil era parte constitutiva da experiência colonial, mas, no caso dos escravizados, assumia dimensões particulares, pois articulava precariedade material, condição jurídica herdada, fragilidade sanitária, violência estrutural e dependência senhorial.

A presença de filhos naturais e legítimos reforça a existência da família escrava, como já constatado. Foram identificados 304 registros de filiação natural e 92 de filiação legítima. Sendo muito mais frequente, a "filiação natural" dialoga com as condições do cativeiro, quando a vida conjugal oficial dependia de autorização, estabilidade, coabitação e reconhecimento religioso, e a separação por venda, deslocamento ou serviço podia dificultar uniões sacramentadas e filhos "legítimos".

A morte infantil, assim como para os adultos, permite pensar também a reputação senhorial. O enterro de inocentes exigia algum tipo de ação dos vivos para comunicar a morte, encaminhar o corpo, providenciar sepultura, pagar ou solicitar o rito e registrar a ocorrência. Esse alguém podia ser o senhor, a mãe, um familiar, um representante da família detentora do escravizado ou outro membro da comunidade, um tipo de rito que mobilizava redes de cuidado e autoridade. Quando o nome da mãe aparece e logo em seguida se procede o nome de seu senhor, atesta-se o elo de pertencimento daquele corpo e daquela geração precocemente falecida. Como observa Luiz Lima Vailati, a morte de crianças era cercada por uma linguagem própria. No caso de crianças escravizadas, a dimensão religiosa se articulava às hierarquias do cativeiro e suas mediações: comunicar a morte, encaminhar o corpo, solicitar ou pagar o rito, providenciar sepultura e garantir assento paroquial (Vailati, 2010).

As irmandades aparecem de modo menos volumoso na série do que a Matriz ou os cemitérios paroquiais. Mas sua importância histórica ultrapassa a quantidade objetiva de registros, porque a presença do Rosário e de referências a irmandades indica que a morte de escravizados também podia ser mediada por instituições de solidariedade religiosa. Na América portuguesa, confrarias de pretos e pardos foram espaços de sociabilidade, devoção, ajuda mútua e distinção possível para africanos e seus descendentes (Reginaldo, 2011; Reis, 1991; Silva, 2001).

Em Vila do Cuiabá, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário ocupava lugar particular na sociabilidade de pretos, pardos, escravizados e libertos. Ainda que a planilha registre diretamente poucos sepultamentos associados ao Rosário ou à irmandade, a existência desse circuito permite interpretar a morte cativa para além da vontade senhorial, podendo a irmandade criar mediações entre o escravizado e a paróquia, entre a devoção e a distinção, entre a subalternidade e a busca por um rito de reconhecimento.

A morte cristã dos escravizados fazia parte da legitimação da ordem. O cativo podia ser explorado em vida e enterrado como fiel na sepultura, permitindo que a sociedade colonial

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

preservasse a escravidão sem romper com a imagem católica. A Igreja condenava o abandono absoluto dos corpos cristãos, mas não questionava estruturalmente a propriedade da posse, resultando em uma inclusão subordinada na qual os escravizados tinham alma a ser salva, mas o corpo e memória social continuamente submetidos ao cativeiro.

A noção de "inclusão subordinada" permite qualificar melhor a presença do Rosário em Vila do Cuiabá. Para Lima (2016), as irmandades não devem ser compreendidas apenas como espaços de exclusão ou de resistência, mas como instituições que possibilitavam a entrada de africanos, crioulos, pretos, pardos, libertos e escravizados na trama social católica, embora sob condições hierárquicas e disciplinadas. Desse modo, a confraria oferecia pertencimento, devoção, ajuda mútua, sepultamento, sufrágios e alguma forma de reconhecimento coletivo, mas não suspendia as assimetrias de cor, condição jurídica, procedência, prestígio e autoridade que organizavam a sociedade colonial.

A geografia da morte expressa esse fenômeno. O cemitério da Matriz, principal destino dos cativos, garantia solo sagrado, mas em lugar inferior. O adro reforçava uma posição de margem dentro do espaço eclesiástico, e o interior do templo era raro para essas pessoas, indicando que a proximidade maior com o altar permanecia restrita. As capelas e os cemitérios periféricos revelam a extensão territorial dessa ordem, enquanto lugares esmos ou comuns indicam os limites aceitáveis para se depositar um corpo.

A presença de senhores titulados nos registros indica a dimensão política. O assento de óbito registra a morte do subordinado e, ao mesmo tempo, atualiza a visibilidade superior. A escrita paroquial, embora não seja requerimento de mercê, participa de uma cultura documental que reconhecia e reproduzia títulos. Na medida em que o morto escravizado era nomeado junto ao seu senhor, muitas vezes designado por sua qualidade, conservava-se a memória da distinção senhorial.

A vaidade, entendida como desejo social de reconhecimento e visibilidade, não deve ser tratada com individualidade de cada nome senhorial que aparece na fonte, mas como categoria política possível para o século XVIII. Em uma sociedade de honras, aparecer de modo correto era parte da existência pública, e por isso a distinção precisava ser vista, repetida e confirmada, com a documentação colaborando nesse processo a partir de cartas, requerimentos, atas, assentos paroquiais, listas e registros, que funcionavam como suportes de memória social.

Por fim, ao registrar "escravo do capitão", "escrava de Dona", "preto do Mestre de Campo" ou equivalentes, a fonte não apenas identifica, mas também organiza a ordem entre vivos e mortos, com o escravizado falecido se tornando vestígio de uma família, de uma patente e de uma autoridade. Essa leitura documental aproxima os registros de óbito das discussões sobre escrita e poder, que não eram neutros, e performavam obediência, classificavam sujeitos, administravam sacramentos, registravam posses, preservavam precedências e produziam memória (Certeau, 1982; Bourdieu, 2007).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Considerações finais

Os registros de óbito de pessoas escravizadas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá permitem compreender a morte como prática social situada, hierarquizada e politicamente significativa. A série examinada, composta por 1.688 registros, mostra uma população mortuária quase integralmente escravizada, majoritariamente masculina, com expressiva presença de adultos e número elevado de inocentes e crianças. A documentação revela classificações de cor e origem, ainda que de modo irregular, e registra vínculos familiares fragmentários nos quais o dado de filiação natural aparece em demasia.

A primeira contribuição da revisão metodológica foi explicar a diferença entre categorias da fonte e categorias analíticas, sendo que "escravo" e "escrava" pertencem ao vocabulário histórico da documentação, e "escravizado" é uma escolha historiográfica contemporânea. Da mesma forma, "preto" e "africano de nação especificada" aparecem distintamente nos óbitos, não devendo ser fundidos em sinônimos. "Cabra" e "caburé" também foram separados para evitar que a análise transforme categorias coloniais específicas em agrupamentos homogêneos.

A segunda contribuição foi situar a fonte. O trabalho utiliza arquivo digital, em CD, com informações provenientes da Cúria Metropolitana de Cuiabá, disponibilizado pelo Arquivo Público de Mato Grosso. Essa forma de acesso exige prudência, pois a série permite uma análise histórica de muitos registros de óbitos de pessoas escravizadas, mas sem a organização material do livro de registro original (fonte primária). Por isso, sua eventual separação por condição social e sua lógica codicológica devem ser confirmadas em pesquisas futuras com o volume manuscrito a ser acessado no Arquivo.
A terceira contribuição foi contextualizar Vila do Cuiabá como sociedade de fronteira, mineração, abastecimento e escravidão. A partir de Volpato, Nauk Maria de Jesus e Vanda da Silva, é possível compreender que a vila não era apenas uma área mineradora, mas espaço de circulação, produção interna, engenhos, roças, criação de animais e formação de elites locais. O mercado interno e o abastecimento, frequentemente secundarizados nas leituras mais tradicionais do sistema colonial, aparecem como dimensões decisivas para a manutenção da economia e para a ascensão social de grupos locais.

Quanto à infraestrutura colonial e sua utilização cotidiana, a geografia do sepultamento confirma a centralidade da Matriz. Entre os registros com lugar conhecido, 975 foram associados ao templo, especialmente ao seu cemitério e ao seu adro. Essa concentração demonstra que a morte de escravizados era amplamente administrada pelo espaço paroquial central, mas em áreas menos prestigiosas na hierarquia do sagrado, com o cemitério e o adro garantindo inclusão cristã, sob forma subordinada, e o interior do templo, lugar de maior distinção, permanecendo raro para escravizados.

A análise dos senhores de cativos amplia o alcance da fonte. A presença de títulos, patentes, tratamentos e qualificações associadas ao proprietário mostra que o registro de óbito também reproduzia a ordem social dos vivos. Em aproximadamente 502 apontamentos, identificam-se

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

marcadores explícitos de distinção senhorial, e capitães, donas, alferes, tenentes, mestres de campo, coronéis, sargentos, clérigos e outros agentes aparecem como proprietários dos escravizados mortos.

Nesses termos, a hipótese defendida é que a morte de escravizados, em Vila do Cuiabá, não pode ser analisada apenas como fenômeno demográfico ou prática religiosa isolada, mas interpretada como parte de uma economia moral da distinção, que é quando a sociedade colonial reconhecia a necessidade do sepultamento cristão, mas distribuía os corpos segundo hierarquias de condição, cor, senhorio, espaço e prestígio. Fazendo isso, o escravizado era incluído na comunidade católica dos mortos, mas continuava subordinado à dependência da estrutura enquanto vivo.

Essa distinção aplicada na hora de velar e enterrar os corpos operava em dois planos. No plano espacial, definia proximidades e distâncias em relação à Matriz, aos altares, aos adros, aos cemitérios e às capelas, e, no plano documental, fixava, no papel, a condição, a cor, a origem, a família possível, o senhor e o lugar de sepultura, tornando-se um ato de classificação.

Ao aproximar a história da morte, a escravidão e a cultura política, a análise contribui para compreender Mato Grosso como sociedade de fronteira marcada por uma densa gramática de hierarquias. Isso era possível porque a distância em relação aos centros metropolitanos não significava ausência de instituições de Antigo Regime, ao contrário, as formas de distinção, serviço, patente, honra e aparência eram reencenadas localmente por meio de instituições, ritos e documentos. A paróquia, nesse quadro, funcionava como uma das instâncias de inscrição dessa ordem.

A morte dos escravizados revela, por fim, uma contradição estruturante da sociedade colonial católica em que o mesmo mundo que reconhecia a alma cristã do cativo mantinha seu corpo em condição de propriedade, o mesmo rito que o incluía em solo sagrado o colocava em espaços inferiores, e o mesmo registro que preservava seu nome também fixava sua dependência. Entre os vivos e os mortos, a escravidão continuava a organizar memória, sepultura e distinção.

Referências

Araújo, A. C. (1997). *A morte em Lisboa: Atitudes e representações, 1700–1830*. Editorial Notícias.

Ariès, P. (2012). *História da morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias*. Nova Fronteira.

Augusto, B. C. B. (2026). *Vaidade mato-grossense e interesse na prestação de serviço político-administrativo colonial, século XVIII*. Grupo Editorial Casa.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.

Bravo, M. N. (2014). A morte hierarquizada: Os espaços dos mortos no Rio de Janeiro colonial (1720–1808). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 8*, 307–329.

Campos, A. A. (2004). Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História, 31*, 209–229.

Certeau, M. de. (1982). *A escrita da história*. Forense Universitária.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. (1719). Oficina de Pascoal da Silva.

Faria, S. de C. (1998). *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira.

Fragoso, J., Bicalho, M. F., & Gouvêa, M. de F. (Orgs.). (2001). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII).* Civilização Brasileira.

Fragoso, J., & Florentino, M. (2001). *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (c. 1790–c. 1840).* Civilização Brasileira.

Fragoso, J., & Gouvêa, M. de F. (Orgs.). (2010). *Na trama das redes: Política e negócios no Império português (séculos XVI–XVIII).* Civilização Brasileira.

Fragoso, J., Guedes, R., & Sampaio, A. C. J. de (Orgs.). (2014). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII: Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Mauad X.

Furtado, J. F. (2001). Transitoriedade da vida, eternidade da morte: Ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In I. Jancsó & I. Kantor (Orgs.), *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa* (Vol. 1, pp. 397–416). Hucitec; EdUSP; FAPESP; Imprensa Oficial.

Guedes, R., Rodrigues, C., & Wanderley, M. da R. (2015). *Últimas vontades: Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII).* Mauad X.

Hespanha, A. M. (Org.). (1984). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Hespanha, A. M. (2012). *Cultura jurídica europeia: Síntese de um milênio*. Almedina.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Jesus, N. M. de. (2011). *O governo local na fronteira oeste: A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Editora UFGD.

Lima, C. A. M. (2016). *Associativismo escravo e irmandades no Brasil: Limites e possibilidades do protagonismo cativo (séculos XVIII e XIX).* Novas Edições Acadêmicas.

Mapa de população da capitania de Mato Grosso no ano de 1800, assinado por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. (1800). NDIHR/UFMT, microficha n. 512.

Marcílio, M. L. (1973). *A cidade de São Paulo: Povoamento e população, 1750–1850*. Pioneira; EdUSP.

Marcílio, M. L. (2004). Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História, 31*, 13–20.

Mattos, H. M. (2024). *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX).* Arquivo Nacional.

Novais, F. A. (1979). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808).* Hucitec.

Oliveira, A. J. M. de, & Martins, W. de S. (Orgs.). (2014). *Dimensões do catolicismo no Império português (séculos XVI–XIX).* Garamond.

Prado Júnior, C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. Companhia das Letras.

Rangel, A. P. dos S. (2005). Aspectos da demografia escrava em Vila Rica, 1755–1815. In *Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Reginaldo, L. (2011). *Os rosários dos angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. Alameda.

Registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Vila do Cuiabá, 1789–1809. (s. f.). Arquivo Público de Mato Grosso. Banco de dados elaborado a partir da transcrição dos assentos paroquiais da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Reis, J. J. (1991). *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Rocha, M. A. B. de B. (2001). *Igrejas e cemitérios: As transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá (1850–1889)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].

Rodrigues, C. (1997). *Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* Arquivo Nacional.

Rodrigues, C. (2018). Morte e rituais fúnebres. In L. M. Schwarcz & F. dos S. Gomes (Orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade* (pp. 322–327). Companhia das Letras.

Rodrigues, C., & Cabral, V. (2017). Sepulturas e hierarquias sociais numa paróquia rural do Rio de Janeiro: Santo Antônio de Jacutinga entre o século XVIII e o início do XIX. *Revista Brasileira de História das Religiões, 10*, 43–77.

Rodrigues, C., & Lopes, F. H. (Orgs.). (2014). *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. EdUERJ.

Serra, R. F. de A. (1916). Memória, ou informação dada ao governo sobre a capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente-coronel engenheiro, em 31 de janeiro de 1800. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2* (3.ª ed.), 19–50. (Obra original publicada em 1840).

Silva, C. dos S. (2001). *Irmãos de fé, irmãos no poder: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751–1819)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].

Silva, M. (2018). Da Costa do Grão-Pará ao sertão do Brasil: Tráfico de escravizados entre Belém, Mato Grosso e Goiás. *Revista Historiar*, *10*(18), 23–37.

Silva, V. da. (2015). *Engenhos: Produção e abastecimento do termo do Cuiabá (1751–1822)* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Grande Dourados].

Soares, M. de S. (2019). As últimas moradas: Memória e hierarquias sociais nos locais de sepultamento de pardos na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, 1754–1835. In I. P. Ivo & R. Guedes (Orgs.), *Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos, séculos XVI–XIX* (pp. 113–159). Alameda.

Thompson, E. P. (1971). The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. *Past & Present, 50*, 76–136.

Vailati, L. L. (2010). *A morte menina: Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo).* Alameda.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Vailati, L. L. (2012). Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: Um esboço comparativo preliminar. *Revista de História, 167*, 261–294.

Volpato, L. R. R. (1993). *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850–1888*. Marco Zero; Editora da Universidade Federal de Mato Grosso.

Bruno C. Bio Augusto de Pace

Historiador, professor e pesquisador. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, atuo no Núcleo de Ensino Pitágoras e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), onde leciono disciplina relacionada à História do Brasil Imperial. Desenvolvo pesquisas dedicadas especialmente à história do Brasil Colonial e Imperial, às relações de trabalho, à escravidão, mobilidade social e aos processos de formação social e política do país.